

DE PÊ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER
C. A. Santos^(*)

1 - INTRODUÇÃO

No momento que se processa o "Repensando o Brasil", torna-se importante o conhecimento de experiências, presentes e passadas, que demonstram concretamente a viabilidade de modelos sócio-políticos alternativos.

Nesse sentido, o relato da Campanha "De Pê no Chão Também se Aprende a Ler", nos parece extremamente oportuno.

Concebida e implementada em Natal, no período 1961 - 64 na gestão do Prefeito Djalma Maranhão, ela exemplifica claramente a capacidade de mobilização de uma população em torno de objetivos comuns, no caso, a erradicação do analfabetismo.

O objetivo deste texto é apresentar os pontos fundamentais da Campanha e seu significado sócio-político. Um panorama completo foi recentemente publicado.⁽¹⁾

2 - ANTECEDENTES POLÍTICOS

Descreveremos, brevemente, alguns acontecimentos políticos que antecederam a formulação da campanha de alfabetização.

Em 1960 a campanha política de Djalma Maranhão se desenvolve em função dos Comitês Nacionalistas (CN), também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua. Entre janeiro e setembro de 1960 foram organizados 240 CN. Esse número ganha expressão quando observamos que Natal possuía 160 mil habitantes. Além disso, considerando-se que Djalma Maranhão foi eleito com 66% dos votos, e que o comparecimento eleitoral foi de aproximadamente 36 mil votantes, veremos que existia 1 CN para 100 eleitores. Estes números demonstram o bom nível de mobilização política dos correligionários de Djalma Maranhão.

^(*) Professor do Departamento de Física da UFRN

O Comitê Central (CC), que coordena a campanha eleitoral, é o ponto de ligação entre o candidato e os CN. Nas reuniões entre uns e outros vemos o questionamento dos problemas brasileiros (o imperialismo, a dependência econômica, a SUDENE, o latifúndio, o colonialismo cultural, etc) pelos membros do CC, e a apresentação dos problemas cotidianos (falta de água, de escolas, de hospitais, de emprego, etc) da parte dos CN. Esses dois discursos se somam e, pouco a pouco, vão constituindo a plataforma política.

Esse processo contínuo de troca de informações culmina com a discussão e aprovação do programa político-administrativo do futuro Prefeito. Esse aspecto é extremamente importante. Num processo plenamente democrático a população tem a oportunidade de discutir e aprovar um plano de governo.

Partindo do fato que quase todas as listas de reivindicações dos CN eram encabeçadas pela da criação de mais escolas, o Prefeito concordou em nomear a Educação e Cultura a meta número um do seu governo.

Se a meta era das mais relevantes, a tarefa não parecia ser das mais simples. Aparentemente não é fácil implementar um programa de Educação e Cultura numa região carente de recursos. A tarefa torna-se mais difícil quando se pretende desenvolver um programa cultural nos moldes convencionais, burgueses, onde o aspecto físico, material é mais importante do que o objetivo educacional.

O Prefeito tinha consciência das dificuldades e, confirmando sua convicção democrática retorna à população, discutindo com ela as alternativas possíveis e exequíveis. Aqui é importante destacar e transcrever o depoimento do, à época, Secretário Municipal de Educação e Cultura, Prof. Moacyr de Góes (2): "De Volta aos Moradores das Rocas⁽³⁾, representados por sua organização política mais simples - O Comitê Nacionalista -, expus o problema. Era uma tarde de sábado, numa das salas do grupo escolar do professor Acrísio Freire, no início do mês de janeiro de 1961. Ninguém suspeitava que naquele momento estava nascendo um movimento que, mais tarde, seria batizado como a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

A discussão foi longa. Por mais de duas horas ficamos em torno das mesmas questões: era preciso acabar com o analfabetismo - o povo queria, o prefeito também. Mas como, sem dinheiro para construir escolas?

Não sei, realmente, de quem veio a proposta, naquela reunião de 40 a 50 homens e mulheres:

- Faça uma escola de palha!

Confesso que a proposta me pegou desprevenido (...). Aí, quase todos começaram a falar ao mesmo tempo; as sugestões surgiam, uma atrás da outra:

- Um galpão coberto de palha de coqueiro.

- Não precisa fechar os lados, para não escurecer.

- O chão pode ser de barro batido".

Esse era o espírito, democrático, subjacente ao programa cultural da prefeitura do Natal, entre 1961 e 1964.

3 - A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO

A seguir, apresentaremos as oito fases de implantação da Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", segundo seu coordenador⁽⁴⁾.

As *Escolinhas* - A primeira fase do ensino municipal de alfabetização data da primeira administração de Djalma Maranhão (1956-59) e foi retomada logo em 1961, com o Curso de Emergência preparando um professorado leigo de 250 monitores. Esta é a fase em que a Prefeitura utiliza salas cedidas pela comunidade, gratuitamente, e aí instala uma classe de alfabetização. As despesas da Prefeitura são um pequeno *pro labore* para a "professorinha"; material didático doado aos alunos; toscas carteiras fabricadas na carpintaria municipal e utensílios para servir a merenda que é fornecida pelo UNICEF. Salas, água e energia elétrica são contribuições de sindicatos, igrejas, clubes, associações de bairros, de folclore e até residências particulares e cinemas que abrigam essas classes de alfabetização.

Em meados de 1963, estão em funcionamento 271 *Escolinhas*.

O Acampamento Escolar - Esta segunda fase é a da escola de palha de coqueiro e de chão de barro batido, identificada como a do Acampamento Escolar - proposta do Comitê Nacionalista das Rocas. É quando surge, também, a legenda De Pê no Chão Também se Aprende a Ler. A expressão advém de uma reportagem do jornalista Expedito Silva sobre a democratização do ensino municipal. Relatando o que vira nas Rocas - a escola de palha de coqueiro e de chão de barro batido, sem exigências de farda nem sapatos -, o jornalista escreveu que, agora, em Natal, até de pê no chão se aprenderia a ler ...

O Prefeito Djalma Maranhão percebeu o *apelo* da expressão e adotou-a para a Campanha Municipal de Erradicação do Analfabetismo: ter os pés no chão significava conhecer a realidade e a dimensão do seu desafio.

Um Acampamento Escolar é integrado de vários galpões de 30m x 8m. Nesse conjunto há, sempre, um galpão circular destinado às festividades do bairro, às reuniões do círculo de pais e professores, à recreação infantil, e funciona como uma espécie de teatro de arena para exibições de autos folclóricos.

Os galpões destinados às salas de aulas, em forma retangular, eram divididos internamente em quatro partes, através de pranchas, utilizadas como quadro-de-giz e quadro mural. Essas pranchas não atingem o teto nem o solo nem fecham lateralmente a classe. Não existindo paredes externas, também não se colocavam problemas de acústica, e a visão espacial do recinto escolar/meio ambiente do Acampamento era total.

As únicas dependências construídas em alvenaria eram uma pequena sala (que funcionava como diretoria, secretaria, almoxarifado e local de guarda de caixas da biblioteca e de utensílios da merenda escolar) e os sanitários.

Hortas, aviários e parque de recreação compunham, finalmente, a paisagem do Acampamento Escolar, que regulava os seus horários, liturgicamente, através de um sino de bronze, e ecologicamente se harmonizava com os largos espaços abertos da pequena cidade e com a pobreza de seus moradores - a quem servia.

Em 1961, construíram-se dois Acampamentos: os dos bairros de Rocas e de Carrasco. Em 1962, o número cresceu para

nove, situados nos seguintes bairros periféricos; Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapô. Com os dois anteriores, cobriam-se os limites da cidade.

O funcionamento se fazia em três turnos.

A equipe que assegurava a operacionalização de um Acampamento era integrada de um diretor (professor titulado pela Escola Normal de Natal e que acumulava suas funções de gestor administrativo com as de orientador educacional e supervisor pedagógico); regentes de classes ou monitoras ("professorinhas", como eram chamadas), em número suficiente ao atendimento dos três turnos; recreadoras (professoras diplomadas e recicladas em técnicas de recreação através dos Cursos de Emergência da Campanha); merendeiras ("professorinhas" recicladas em nutrição pelos Cursos de Emergência já referidos, que eram responsáveis, ainda, pela supervisão de aviários e hortas); secretária do Acampamento, responsável por tarefas inerentes à função, acrescidas às de biblioteca, estoque e distribuição aos alunos do material escolar, guarda e zelo pelo material pedagógico em geral; serventes e vigias.

A essa equipe fixa, o Grupo de Trabalho de Educação Popular, da Diretoria do Ensino, oferecia o apoio necessário ao seu funcionamento eficiente, como, por exemplo: a pesquisa domiciliar para o combate à evasão de alunos: os estudos (tabulações e representações gráficas) do Setor de Pesquisas e Medidas sobre provas e testes aplicados; a dinamização das bibliotecas e círculos de leitura; a participação e animação dos círculos de pais e professores.

Era política expressa da Secretaria Municipal de Educação vincular o Acampamento às organizações populares e lideranças culturais mais expressivas do bairro onde se localizava. Assim, pouco a pouco, surgiam iniciativas comuns entre o Acampamento das Rocas e a Sociedade Araruna de Danças Antigas; entre o Acampamento de Aparecida e o fazedor de imagens Chico Santeiro; entre o Acampamento de Conceição e o Bambelô Asa Branca; entre o Acampamento do Carrasco e os Congos e/ou o Boi-Calemba.

Fazendo da escola o centro de desenvolvimento da vida da comunidade, foi fácil trazer os responsáveis e participantes dos conjuntos folclóricos para ministrar a recreação infantil, nos Acampamentos, à base dos autos populares. Isso se fazia sem

se gastar um tostão, e, principalmente, preservando a pureza do folclore, que vinha da fonte, diretamente, para o patrimônio cultural das crianças.

O ensino mútuo - A terceira fase sô é compreensível a partir do dado de que a Campanha já criara um alto clima de mobilização popular para a erradicação do analfabetismo. Como o bairro das Rocas fora escolhido para a testagem do experimento, os maiores cuidados lã se concentraram. O fogo era cerrado. O prefeito estabeleceu a meta: mais 100 Escolinhas nas Rocas e, como já se disse, quando da abertura das aulas no Acampamento, o recrutamento de alunos foi feito, pessoalmente, por ele, de microfone em punho, caminhando a pẽ pelas principais ruas do bairro. Com ele, na mesma *procissão*, iam o secretário de Educação e os integrantes do recém-criado Grupo de Trabalho de Educação Popular: Omar Fernandes Pimenta, diretor do Ensino; Ivis Bezerra, presidente da União Estadual dos Estudantes; Edísio Pereira, presidente do Diretório Acadêmico de Medicina; Alberto Pinheiro de Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia; professor Severino Fernandes de Oliveira, diretor do Ginásio Municipal; professoras Isabel Alves da Rocha e Ilsa Brilhante; o jornalista Paulo Macedo e mais as lideranças do bairro.

O ano de 1961 foi vivido sob um clima emocional muito grande, quando a Campanha procurou ganhar a cidade, mobilizando a opinião pública, a partir das Rocas.

O ano de 1962 começa com as classes de aula cheias de alunos, mas - apesquisa informa - nas Rocas existe um resíduo de adultos analfabetos com resistência em ir à escola. Ainda não chegara a hora do Sistema Paulo Freire, dirigido, especificamente, à cultura do adulto; nem a Campanha criara, ainda, o seu *Livro de leitura para adultos*, que somente seria lançado em abril de 1963. Assim, era plenamente justificado que adultos idosos não aceitassem sentar em bancos escolares para soletrar "Eva viu a uva" ...

O desafio então colocado foi respondido de uma forma até certo ponto ingênua: se o adulto não quer ir à escola, a escola vai ao adulto, em sua casa! Como? Os estudantes secundaristas entram em cena: reduzida equipe, previamente treinada, professores-meninos-voluntários, indo de casa em casa, de porta em porta, alfabetizavam pequenos grupos daqueles adultos. Funcionava a escola a domicílio.

Em 1962, 22 núcleos prestaram esse serviço, sob a supervisão de Antônio Campos e Silva, então concluinte da Faculdade de Filosofia de Natal.

Dirá Pierre Furter⁽⁵⁾:

Por falta de monitores e de pessoal qualificado, a Campanha fez apelo à ajuda voluntária ou pouco remunerada, e uma vez que isso ainda não era suficiente, muito naturalmente, chegou-se a introduzir, sem o saber, o método de ensino mútuo que o padre Girard, há mais de cem anos, havia imaginado para resolver uma situação igualmente desfavorável.

A emulação foi inevitável. A cada resultado da pesquisa, as ruas das Rocas exibiam faixas em que comunicavam que o índice do resíduo de analfabetos estava baixando.

As próprias classes subalternas se convertiam em grupos de pressão, fazendo da luta pela educação, sua luta.

As Praças de Cultura - A quarta fase é de 1962, e revela, em sua formulação, o intercâmbio que a Campanha vinha mantendo com o MCP⁽⁶⁾ do Recife. Foi no MCP - administração do Prefeito Miguel Arraes - que a Secretaria Municipal de Educação do Natal estudou a proposta recifense das Praças de Cultura. A adaptação se fez a nível das possibilidades de Natal.

Basicamente, uma Praça de Cultura, em Natal, era constituída de parque infantil, quadras de esporte (vôlei, futebol de salão e basquete) e uma biblioteca.

Em 1962, apesar de 10 praças construídas, somente duas estavam dotadas de bibliotecas (postos de empréstimo de livros). Em 1963, a praça principal da cidade foi convertida em Praça de Cultura, aí já integrada de concha acústica, biblioteca, discoteca e galeria de arte.

O importante numa Praça de Cultura não é o seu equipamento. É a sua funcionalidade. Numa Praça de Cultura, é possível um espaço de convivência (parque infantil e esporte); fontes de informação (bibliotecas, jornais murais, exposições de artes plásticas, etc.) e uma oportunidade para organizar debates de interesse da comunidade, a partir do discurso político, quando a quadra de esporte e seus degraus de arquibancadas se convertem em fórum de discussão dos mais variados temas, com a participação das

organizações do bairro.

A Praça de Cultura é, em última instância, a complementação das Escolinhas e dos Acampamentos, que se localizam próximos.

Sua programação diária era coordenada pela Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação e se encontrava sempre aberta aos interesses da comunidade.

O Centro de Formação de Professores - Esta é a quinta fase da Campanha.

O poderoso impulso das classes subalternas, encontrando um aliado no Governo Djalma Maranhão, que se oferecia para ser o seu conduto de expressão, criou uma pressão incontrolável para os quadros dirigentes e a máquina burocrática da Prefeitura, que não estavam habituados a tão forte demanda educacional.

A matrícula, de março a outubro de 1961, crescera em 300%, dobrando, ainda, em 1962.

O programa do Prefeito Djalma Maranhão não era desaquecer a Campanha. Nem mesmo estabilizar. A palavra de ordem era ampliar serviços e aumentar a mobilização. Isso colocava em risco a qualidade do terreno conquistado, se a Secretaria não se instrumentalizasse adequadamente. A solução foi a criação do Centro de Formação de Professores no final de 1962, partindo da experiência acumulada da Coordenação Técnico-Pedagógica, em funcionamento desde outubro de 1961.

Confiado à direção da professora Margarida de Jesus Cortez, o CFP funcionava em três níveis: a) Curso de Emergência para treinamento de monitores da Campanha, preparando, em três meses, pessoal leigo; b) Curso Normal de grau ginásial, preparando em quatro anos as regentes de classes, com ingresso mediante exame de admissão; c) Curso Normal de grau colegial, preparando professores com mais de três anos de escolaridade.

Ainda era atribuição do CFP fazer a coordenação técnico-pedagógica da Campanha e manter uma Escola de Demonstração (de nível primário) como laboratório.

O CFP desempenhou um papel de primordial importância em De Pê no Chão. Na área docente, treinando e reciclando, periodicamente, professores, monitores e regentes de classes. No campo discente, assegurando o rendimento da aprendizagem.

Papéis polivalentes foram desempenhados pelo CFP que, no dizer da época, era o "cêrebro da Campanha" ... Em depoimento prestado por Margarida de Jesus Cortez ao autor, ela relembra alguns momentos significativos, entre os quais a experiência de medir o tempo necessário à alfabetização de crianças pelo "método analítico ou global". Duas classes, no CFP, dirigidas por professoras diplomadas, com curso de especialização, demonstraram a possibilidade de alfabetizar crianças sem qualquer vivência de pré-escolar em menos de nove meses.

Assim, não era só na área de alfabetização de adultos que os experimentos eram feitos, objetivando a redução do tempo de alfabetização, como o Sistema Paulo Freire, que estava em andamento. Também na alfabetização infantil se pesquisava e se inovava.

Campanha de Pê no Chão também se Aprende uma Profissão - Esta sexta fase é a evolução da educação acadêmica para a educação para o trabalho.

Na sua mensagem ao Legislativo, em julho de 1962, o prefeito afirma que De Pê no Chão também se Aprende a Ler conta com 15 mil alunos e "já tem assegurada a sua vitória". Solicita, então, a abertura de um crédito de 1 milhão de cruzeiros, destinado à aquisição do material para a instalação da nova Campanha.

Com oito cursos iniciados em fevereiro de 1963, já em agosto De Pê no Chão também se Aprende uma Profissão entregava os primeiros certificados, em número de 148, correspondentes aos seguintes cursos: corte e costura, enfermagem de urgência, sapataria, marcenaria, barbearia, datilografia, artesanato e encadernação.

Em setembro do mesmo ano, 17 cursos estavam em funcionamento, divididos em três turnos e distribuídos através de cinco Acampamentos: *Rocas* - corte e costura, alfaiataria, marcenaria, sapataria, telegrafia, elementos de eletricidade, barbearia, bordado a mão; *Carrasco* - barbearia, corte de cabelo (feminino), enfermagem de urgência, datilografia, taquigrafia, encadernação e corte e costura; *Nova Descoberta* - artesanato, bordado a máquina, cerâmica e bordado a mão; *Nordeste* - corte e costura; *Quintas* - em fase de instalação.

res da Campanha no próprio Centro de Formação de Professores. Assim, junto às natalenses, algumas dezenas de mpças do interior do Estado se preparavam para o exercício do magistério leigo, em suas cidades de origem.

Avaliando esse programa insuficiente, o Centro de Formação de Professores passou a prestar assistência técnico-pedagógica *in loco* às Prefeituras que encaminhavam bolsistas a Natal. Dessa forma, "periodicamente, um grupo de orientadoras pedagógicas vai até cada cidade, onde supervisiona classes, reúne-se com professores e apresenta sugestões para uma programação quinzenal". Jo semã Azevedo, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia, coordenava esse programa de interiorização.

Em setembro de 1963, já haviam assinado convênios de assistência técnico-pedagógica com a Prefeitura do Natal os seguintes Municípios: São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Açú, Currais Novos, São Gonçalo e Macau, este através de vários sindicatos operários.

Em janeiro de 1964, cerca de 40 prefeitos, ou seus representantes, reuniram-se no Centro de Formação de Professores da Campanha para a adoção de um planejamento comum. Aí foi lançada a semente da Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte, que foi ceifada pelo golpe de Estado em abril.

A escola brasileira construída com dinheiro brasileiro - A oitava fase de que falam os dois documentos que estão em basando este capítulo se refere à tentativa de a Campanha superar o seu plano de emergência e começar a edificar, de forma mais definitiva, a sua rede escolar. Isso só poderia ocorrer com a ajuda do Governo federal. O município já dera provas de confiabilidade para a execução de um programa de educação. Restava, então, ao Governo federal, se associar para implementar esse programa. Vários apelos foram feitos ao MEC e, em parte, correspondidos. Darcy Ribeiro, não podendo transferir recursos para a Prefeitura do Natal, ofereceu a colaboração de documentar, através de um curta-metragem de 15 minutos, a experiência da Campanha. Cópia desse documentário se encontra na filmoteca do MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro).

Oliveira Brito, que visitou a Campanha, quando Ministro da Educação, ofereceu a Natal uma pequena ajuda.

A ajuda mais substancial foi transferida por Paulo de Tarso, em meados de 1963: 50 mil.

A partir desses recursos, a Prefeitura vai começar a abrigar parte das escolas em salas pré-fabricadas, beneficiando também dessa maneira o Centro de Formação de Professores, o Colégio Municipal e a Escola Técnica de Comércio do Município, que se encontravam em prédios alugados.

Sem substituir a escola de palha, a Prefeitura colocava, assim, na paisagem da cidade, pequenas salas de aula de alvenaria, partindo de estruturas metálicas pré-fabricadas, adquiridas com os recursos liberados pelo MEC.

Nesse programa, a Prefeitura, em 1963, inaugurou três escolas em agosto, duas em setembro, e a partir de outubro, até dezembro, mais de 14 unidades.

Nessa época, a frontalização em face de Aliança Para o Progresso ganhava um espaço político maior, e o Prefeito Djalma Maranhão, no propósito de diferenciar o seu Governo do de Aluizio Alves (que se apoiava em recursos norte-americanos), denominou essa etapa de Campanha de Escola Brasileira Construída com Dinheiro Brasileiro. Cada inauguração de escola era uma festa, com exibições de autos populares e folclóricos, principalmente de bambalô, e discursos políticos das lideranças locais.

4 - CONCLUSÃO

Em abril de 64, Djalma Maranhão e seus principais auxiliares são presos.

A campanha "De Pé no Chão" é imediatamente interrompida.

As bibliotecas das praças de Cultura têm seus acervos quase que totalmente substituídos. Com o tempo, essas bibliotecas passam a ser desativadas.

A galeria de Arte da praça André de Albuquerque (Praça da Catedral) é progressivamente abandonada, e finalmente demolida.

Algumas das pessoas envolvidas no processo políti-

co, na impossibilidade de permanecerem em Natal partem para outros centros (principalmente Rio e São Paulo). Outros integram-se ao regime militar e ocupam importantes cargos na burocracia estatal. Alguns dos líderes estudantis concluem seus cursos superiores e transformam-se em bem sucedidos profissionais liberais.

O Prefeito Djalma Maranhão, morre sô, no Uruguai, em 30 de julho de 1971.

5 - REFERÊNCIAS

- (1) - Moacyr de Gões - De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964): Uma Escola Democrática. Civilização Brasileira, 1980.
- (2) - Ibidem. pg. 35-36.
- (3) - Bairro periférico, proletário. Possuia um dos CN mais bem estruturado e dinâmico.
- (4) - Gões, op. cit. pg. 67-75.
- (5) - Pierre Furter. "Alfabetização e Cultura popular na politização do Nordeste brasileiro". Estudos Universitários. UFPe, Recife, 4, 1963.
- (6) - MCP: Movimento de Cultura Popular.